

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.218 - SP (2019/0253308-1)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRENTE : INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SAO PAULO - IPESP
PROCURADOR : VINICIUS WANDERLEY - SP300926
RECORRIDO : DIVA MANETE
RECORRIDO : DIVA ORIDES DORETTO
RECORRIDO : DIVA SERPA
RECORRIDO : DIVA TROMBINI CARBONE
RECORRIDO : DIVANIL RAGAZZI
RECORRIDO : DIVINA BORGES CORREA DA SILVA
RECORRIDO : DIVINA SALLES DA SILVA
RECORRIDO : DIVINO ANTONIO RIBEIRO
RECORRIDO : DJALMA CAMARGO O PINTO
RECORRIDO : DJALMA GIMENEZ CAMUNHA
RECORRIDO : DOILLO COSOLIN
RECORRIDO : DOLLY MENDES
RECORRIDO : DOLORES ALARCON RODERO
RECORRIDO : DOLORES APP DE SOUZA DARINI
RECORRIDO : DOLORES AYAKO YODA
RECORRIDO : DOLORES DE MELO DA SILVA
RECORRIDO : DOLORES GRANADO GONCALVES
RECORRIDO : DOLORES ORDONEZ DE ANDRADE
RECORRIDO : DOLTE IRENE ZAFFALON ROSIM
RECORRIDO : DOMINGOS ABRAO
RECORRIDO : DOMINGOS ANTUNES DA SILVA
RECORRIDO : DOMINGOS BARRO
RECORRIDO : DOMINGOS E SANTOS GEREMIAS
RECORRIDO : DOMINGOS FELOBERTO ARTEZE
RECORRIDO : DOMINGOS FRIZENNI
RECORRIDO : DOMINGOS LUCIANO PUZZI
RECORRIDO : DOMINGOS MACHADO
RECORRIDO : DOMINGOS MARTIMIANO DA ROCHA
RECORRIDO : DOMINGOS PEREIRA LIMA
RECORRIDO : DOMINGOS SANTORO
RECORRIDO : DONATO DE ARAUJO LIMA
RECORRIDO : DONATO RICARDO FILHO
RECORRIDO : DONIZETE MARIANO DA SILVA
RECORRIDO : DORACI AUGUSTO DO CARMO
RECORRIDO : DORACI BAPTISTA
RECORRIDO : DORACI JULIETA CAMILO
RECORRIDO : DORACI MAGANHA CARDOSO
RECORRIDO : DORACI UBEDA DE LIMA
RECORRIDO : DORACINA IZA D A YOSHINO

Superior Tribunal de Justiça

RECORRIDO : DORACY DE LIMA CARDOSO
RECORRIDO : DORACY MADEIRA
RECORRIDO : DORALICE A ZANA BENATTI
RECORRIDO : DORALICE COLLIS BITENCOURT
RECORRIDO : DORALICE CRUZ
RECORRIDO : DORALICE STELLA RIZZO BORELLI
RECORRIDO : DORICA RIBEIRO
RECORRIDO : DORINY ANDRADE AZZALLIN
RECORRIDO : DORIVAL MARTINIANO
RECORRIDO : DORIVAL MARTINS RAMALHO
RECORRIDO : DOROTEA DE SOUZA DANIEL
ADVOGADOS : APARECIDO INÁCIO FERRARI DE MEDEIROS - SP097365
ALEXANDRE SIMÕES LINDOSO E OUTRO(S) - DF012067
ADVOGADOS : ERYKA FARIAS DE NEGRI E OUTRO(S) - DF013372
MOACIR APARECIDO MATHEUS PEREIRA - SP116800
ANDRE LUIZ DE SOUZA LIMA - SP321249

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Fazenda do Estado de São Paulo e outro, fundado na alínea "a" do art. 105, inc. III, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 24):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COLETIVA EM FASE DE EXECUÇÃO. Decisão vergastada que rechaçou a alegação de prescrição da pretensão executiva. Título judicial de mandado de segurança coletivo impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde SINDSAÚDE. Prescrição. Inocorrência. Não corre a prescrição enquanto não iniciadas diligências necessárias à liquidação do crédito resultante de sentença proferida em ação coletiva. Inaplicabilidade do julgamento proferido no REsp 1.388.000/PR (tema 877) por se tratar o "leading case" diverso. Decisão mantida. Recurso não provido.

No presente recurso especial, sustenta a parte recorrente a existência de violação do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932, pugnando pela reforma do acórdão combatido, a fim de declarar-se extinta a execução, diante da ocorrência da prescrição quinquenal.

Alega que "a sentença coletiva proferida nos autos originários transitou em julgado em 27/5/2011, razão pela qual todas as execuções iniciadas após 27/5/2016 estão prescritas" e pugna pela aplicação do tema repetitivo 877/STJ ao caso concreto.

Contrarrazões ao recurso especial em que a parte recorrida pede o não conhecimento do recurso ou, caso assim não se entenda, a manutenção integral do acórdão impugnado (e-STJ, fls. 56-79).

Superior Tribunal de Justiça

Manifestação do Ministério Público Federal pelo "parcial conhecimento do especial e, na parte conhecida, pelo seu desprovimento" (e-STJ, fls. 135-140).

É o relatório.

Na sessão do dia 28 de junho de 2017, o REsp 1.336.026/PE, de minha relatoria, afetado como representativo de controvérsia, foi julgado, tendo a egrégia Primeira Seção, à unanimidade, firmado a seguinte tese, conforme ementa abaixo transcrita:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. DEMORA OU DIFICULDADE NO FORNECIMENTO DE FICHAS FINANCEIRAS. HIPÓTESE DE SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA LEI N. 10.444/2002, QUE INCLUIU O § 1º AO ART. 604, REDAÇÃO TRANSPOSTA PARA O ART. 475-B, §§ 1º E 2º, TODOS DO CPC/1973. CASO CONCRETO EM QUE A DEMANDA EXECUTIVA FOI APRESENTADA DENTRO DO LAPSO QUINQUENAL, CONTADO A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI N. 10.444/2002. PRESCRIÇÃO AFASTADA NA ESPÉCIE DOS AUTOS. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. RECURSO JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 1.036 E SEQUINTE DO CPC/2015 E ART. 256-N E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO STJ.

1. Nos termos da Súmula 150/STF, o prazo prescricional da execução é o mesmo da ação de conhecimento. Dito entendimento externado pelo STF leva em conta que o procedimento de liquidação, da forma como regulado pelas normas processuais civis, integra, na prática, o próprio processo de conhecimento. Se o título judicial estabelecido no processo de conhecimento não firmara o quantum debeatur, somente efetivada a liquidação da sentença é que se poderá falar em inércia do credor em propor a execução, independentemente de tratar-se de liquidação por artigos, por arbitramento ou por cálculos.

2. Esse termo inicial para contagem do prazo prescricional da ação executiva, que se mantém para as modalidades de liquidação por artigos e por arbitramento, sofreu sensível modificação a partir da alteração da natureza jurídica da "liquidação" por meros cálculos aritméticos. Tal ocorrera, em parte, com a edição da Lei n. 8.998/1994, cuja redação somente foi completada, a qual persiste até hoje - mesmo com a edição do CPC/2015 -, com a inclusão do § 1º ao art. 604 do CPC/1973.

3. Com a vigência da Lei n. 10.444/2002, foi mantida a extinção do procedimento de liquidação por cálculos, acrescentando o § 1º ao art. 604 do CPC/1973, permitindo sejam considerados corretos os cálculos do credor quando os dados requisitados pelo juiz do devedor não forem trazidos aos autos, sem justificativa. A partir de então, extinto, por completo, qualquer resquício de necessidade de uma fase prévia à execução para acerto da conta exequenda, tendo transcorrido o prazo de cinco anos, quando devedora

Superior Tribunal de Justiça

a Fazenda Pública, incidirá o lapso prescricional quanto à execução.

4. No caso, consoante o acórdão recorrido, a sentença prolatada na Ação Ordinária n. 97.0004216-2, que reconheceu aos autores da demanda o direito ao reajuste de 28,86% a partir de janeiro de 1993 até a efetiva implantação em folha de pagamento, transitou em julgado em 25/3/2002.

5. Considerando que a execução foi ajuizada em 17/5/2007, mesmo após demora na entrega das fichas financeiras pela parte devedora, não transcorreu o lustro prescricional, porquanto a redação dada pela Lei n. 10.444/2002, que introduziu o § 1º ao art. 604 do CPC/1973, somente entrou em vigor em três meses depois, contados a partir do dia 85/2002 (data da sua publicação). Assim, por ocasião do ajuizamento da execução, em 17/5/2007, ainda não havia transcorrido o lapso quinquenal, contado da vigência da Lei n. 10.444/2002, diploma legal que tornou desnecessário qualquer procedimento prévio de efetivação da conta antes de a parte exequente ajuizar a execução.

6. Tese firmada: "A partir da vigência da Lei n. 10.444/2002, que incluiu o § 1º ao art. 604, dispositivo que foi sucedido, conforme Lei n. 11.232/2005, pelo art. 475-B, §§ 1º e 2º, todos do CPC/1973, não é mais imprescindível, para acerto de cálculos, a juntada de documentos pela parte executada ou por terceiros, reputando-se correta a conta apresentada pelo exequente, quando a requisição judicial de tais documentos deixar de ser atendida, injustificadamente, depois de transcorrido o prazo legal. Assim, sob a égide do diploma legal citado, incide o lapso prescricional, pelo prazo respectivo da demanda de conhecimento (Súmula 150/STF), sem interrupção ou suspensão, não se podendo invocar qualquer demora na diligência para obtenção de fichas financeiras ou outros documentos perante a administração ou junto a terceiros".

7. Recurso especial a que se nega provimento.

8. Recurso julgado sob a sistemática do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 e do art. 256-N e seguintes do Regimento Interno do STJ.

(REsp 1.336.026/PE, de minha relatoria, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/6/2017, DJe 30/6/2017 - grifos acrescidos)

O referido acórdão foi disponibilizado em Diário de Justiça Eletrônico em 30/6/2017 e considerado publicado em 3/7/2017 (art. 224, § 2º, do CPC/2015).

O julgamento em tela foi impugnado por meio de embargos declaratórios, em que se decidiu pela modulação dos efeitos, no seguinte sentido:

Os efeitos decorrentes dos comandos contidos neste acórdão ficam modulados a partir de 30/6/2017, com fundamento no § 3º do art. 927 do CPC/2015. **Resta firmado, com essa modulação, que, para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017.**" (acórdão que acolheu parcialmente os

Superior Tribunal de Justiça

embargos de declaração, publicado no DJe 22/6/2018 - grifos acrescidos)

A propósito, a referida modulação aplica-se igualmente às execuções propostas antes ou depois de 30/6/2017, abrangendo também as decisões transitadas em julgado na vigência do Código de Processo Civil de 1973. Nesse exato sentido, cito os seguintes julgados: EAREsp 668.582/RS, EAREsp 657.520, EAREsp 692.181/RS e EAREsp 549.713/RS (DJe 15/8/2018), todos da minha relatoria.

No processo ora em análise, é fato inconteste que a ação que se pretende executar transitou em julgado em 27/5/2011, e a execução decorrente foi distribuída em 30/1/2017. Aplica-se-lhe, portanto, a modulação dos efeitos determinada no REsp 1.336.026/PE, contando-se o prazo prescricional de 5 (cinco) anos a partir de 30/6/2017, o que torna evidente a inoccorrência da prescrição no caso concreto.

Em suma, mesmo que usando fundamentos diversos, o Tribunal *a quo* concluiu que não ocorreu a prescrição no caso concreto, entendimento este que reflete o julgamento modulado no REsp 1.336.026/PE, e que merece observância pelos juízes e tribunais em todo o país, conforme prescreve o art. 927, inc. III, do CPC/2015.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro og fernandes
Relator